jornalodebate@jornalodebate.com.br
redacao@jornalodebate.com.br

O Debate do Maranhão

40 anos
Um jornal que tem história.
Novo Email: redacao@jornalodebate.com.br

Ano 40 - Edição 13.086 | 21 de Junho de 2024 - Sexta - Feira - São Luís - MA | R$ 2,00

Gigantes anunciam acordo para gestão total de resíduos industriais

Pag. 2

Comissão aprova prorrogação do pagamento de dívidas previdenciárias dos municípios

Pag. 3

Instituições financeiras terão que devolver valores cobrados na pandemia

Pag. 7

'1798 - Revolta Dos Búzios' estreia em São Luís (MA), no Cine Lume

Pag. 3

No Maranhão, 408 armas de fogo são apreendidas por órgãos federais em 16 meses

Pag. 5

LOTERIAS	COTAÇÕES	TEMPO	MARÉS
02 05 06 09 10 11 12 14 15 17 19 20 22 24 25	Dólar - R$ 5,455 Dólar turismo - R$ 5,459 Euro - R$ 5,841 Euro turismo - R$ 5,85	29°C	5:46 - 18:02 0:15 - 5,7 m 6:41 - 0,7 m 12:49 - 5,6 m

Prestação de contas da pensão alimentícia não pode ser banalizada

Desde que a Lei 13.058/2014 foi sancionada, pais e mães que não possuem a guarda dos filhos e que pagam pensão alimentícia têm o direito de solicitar a prestação de contas sobre os gastos efetuados pelo genitor(a) que recebe a quantia mensalmente. Embora o número de ações nesse sentido seja cada vez maior, as decisões variam bastante e dependem muito do caso concreto.

Diferentes turmas do Superior Tribunal de Justiça (STJ) têm decidido em sentidos opostos. A 4ª Turma do STJ, por exemplo, foi favorável ao pedido num caso de 2021, quando o relator do recurso, Ministro Luis Felipe Salomão, determinou que o genitor poderia sim verificar se as despesas e gastos estavam sendo realizados para a manutenção e educação da prole, evitando assim que ocorressem abusos e desvios de finalidade.

Já a 3ª Turma do STJ, no mesmo ano, decidiu que o alimentante – aquele que paga a pensão - não possui interesse processual em exigir contas da detentora da guarda do alimentando – aquele que recebe a pensão. Relator, o Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva argumentou que o pedido de prestação de contas deveria estar embasado em ampla instrução probatória, negando o recurso. Em decisão mais recente, de 2023, a mesma 3ª Turma do STJ interpretou a lei no mesmo sentido, de que a prestação só deveria ser reconhecida em caso de mau uso comprovado dos valores pagos.

Aline Avelar, especialista em Direito das Famílias e Sucessões, Planejamento Familiar, Patrimonial e Sucessório do escritório Lara Martins Advogados, explica que a questão é sensível e complexa. Ela considera que a busca pela transparência e garantia do melhor interesse da criança são fundamentais e que, neste sentido, a ação pode ser um instrumento importante para garantir que os recursos dispensados sejam utilizados da melhor forma. "O STJ tem entendido que tal demanda pode ser aceita em situações específicas em que haja prejuízos de que os recursos destinados ao bem-estar do filho não estejam sendo devidamente empregados. É importante ressaltar que cada caso é único e deve ser avaliado isoladamente, considerando o contexto familiar e as necessidades da criança".

Para ela, a prestação de contas não deve ser vista como um mecanismo de fiscalização rigoroso, mas sim como uma forma de promoção da responsabilidade financeira e do cuidado parental. Segundo a advogada, o STJ tende a adotar uma postura equilibrada e ponderada ao lidar com essas questões, buscando sempre o bem-estar e o desenvolvimento saudável da criança em primeiro lugar.

A advogada Vanessa André Paiva, especialista em Direito de Família e Sucessões e sócia do escritório Paiva & André Sociedade de Advogados, considera que a prestação de contas faz parte do dever de fiscalizar por aquele que não detém a guarda unilateral. Para ela, controvérsia gira em torno dos valores que são pagos a título de alimentos e se a prestação de contas seria realmente necessária para apurar sua devida utilização. "Na maioria das vezes, o valor pago a título de pensão alimentícia não cobre sequer metade das despesas da criança, o que dispensaria o ajuizamento de uma ação de prestação de contas", avalia. "No entanto, quando o valor a ser analisado é exorbitante, dispendioso, aí sim estamos diante de uma propositura que tem por finalidade a proteção integral da criança. Movimentar a máquina do judiciário apenas para apurar possível crédito não é efetivo, uma vez que os alimentos são irrepetíveis e, portanto, não podem ser devolvidos", finaliza.

Fontes:

Aline Avelar: advogada do escritório Lara Martins Advogados, responsável pelo núcleo de Direito de Família e Sucessões. Especialista em Direito das Famílias e Sucessões, Planejamento Familiar, Patrimonial e Sucessório. Presidente da Comissão de Jurisprudência do IBDFAM-GO.

Vanessa André Paiva: advogada especialista em Direito de Família e Sucessões; pós-graduada e mestra em direito; professora de Direito de Família; autora de obras jurídicas e sócia administradora do escritório Paiva & André Sociedade de Advogados.

Gigantes anunciam acordo para gestão total de resíduos industriais

A John Deere, fabricante de equipamentos pesados, renomada mundialmente por sua excelência em inovação tecnológica, e a Ambipar, multinacional brasileira líder em gestão ambiental, unem forças em parceria estratégica que vai permitir que cada empresa se concentre em sua especialidade e, ao mesmo tempo, explorem oportunidades de negócios entre si.

O contrato estabelece a Ambipar como gestora dos resíduos das fábricas da John Deere, de Indaiatuba, São Paulo, e pode ser estendido para todas as outras fábricas da companhia no Brasil, de acordo com os vencimentos dos contratos vigentes e alcance dos objetivos. Estima-se que, com a contratação da Ambipar, a John Deere reduzirá de forma expressiva a complexidade em sua cadeia de suprimentos, além de diminuir as emissões de carbono do escopo 3.

"É com grande entusiasmo que anunciamos a parceria estratégica entre a John Deere e a prestigiada empresa Ambipar. Esta colaboração representa o culminar de um relacionamento sólido e produtivo, desenvolvido ao longo de vários anos, e marca um novo capítulo emocionante para ambas as organizações" destacou Adilson Butzke, diretor de vendas da John Deere para América Latina.

Neste contexto, a John Deere irá apoiar a Ambipar no aprimoramento da gestão de sua frota, além de oferecer suporte técnico e operacional em todo Brasil. A John Deere trará sua expertise em gestão de ativos e eficiência operacional para otimizar o desempenho e a sustentabilidade da frota da Ambipar. Ao longo do tempo, a tendência é de que 100% dos equipamentos pesados da Ambipar sejam fornecidos e gerenciados pela John Deere, fortalecendo ainda mais essa parceria estratégica.

"Esta parceria reflete o compromisso compartilhado da Ambipar e John Deere com a excelência operacional e a responsabilidade ambiental. A união das forças tem como objetivo impulsionar a economia circular, contribuindo para descarbonização do setor de máquinas no país." comentou Tércio Borlenghi Junior, CEO da Ambipar.

Fonte: FSB Comunicação

Governo Federal assina edital para dragagem com investimentos de mais de R$ 500 mi

Para garantir a navegabilidade segura e o escoamento de insumos pelas águas que cortam o Norte do país, com objetivo de atender os moradores e assegurar o abastecimento da região, o Governo Federal, por meio do Ministério de Portos e Aeroportos (MPor), assinou nesta quarta-feira (19) editais de contratação para serviço de dragagem em quatro trechos dos rios Amazonas e Solimões. No total, serão investidos mais de R$ 500 milhões para mitigar os efeitos da forte estiagem que atingem a região.

A Ordem de Serviço, assinada pelo ministro Silvio Costa Filho (MPor) e pelo diretor do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit) Erick Moura, do garante o início imediato dos trabalhos, que serão realizados nos trechos entre Manaus-Itacoatiara; Coari-Codajás; Benjamin Constant-Tabatinga; Benjamin Constant-São Paulo de Olivença. O valor investido garante realização de trabalhos para os próximos cinco anos.

Cerimônia de assinatura da publicação dos editais de contratação das dragagens dos trechos dos Rios Amazonas e Solimões - Foto: Sérgio Francês

Para o ministro Silvio Costa Filho reforçou o empenho do Governo Federal para recuperar a capacidade de navegação dos rios, essencial no transporte de pessoas e no escoamento de mercadorias." O presidente Lula nos orientou para que o Ministério de Portos e Aeroportos, e o Ministério dos Transportes pudessem avançar nessa agenda. É o maior volume de investimentos em dragagem da história do Amazonas, e isso sem dúvida alguma vai entrar no planejamento estratégico do Estado para que o setor produtivo tenha uma grande responsabilidade e a gente possa avançar nessa pauta tão importante para a região", disse.

Costa Filho ainda destacou que no ano passado foram investidos quase R$ 150 milhões de reais em medidas emergenciais para mitigar os impactos da estiagem na Região Norte. "Agora estamos fazendo um volume de investimentos de mais de R$ 500 milhões para dar acesso aos navios e às barcaças para garantir o escoamento da produção", finalizou.

O governador do Amazonas, Wilson Lima, participou da cerimônia de forma remota. Durante sua fala, ele agradeceu a ajuda do Governo Federal e lembrou que este ano o trabalho foi antecipado em meses, o que pode amenizar os efeitos da seca. "A gente vai precisar muito dessa ajuda da dragagem. Eu quero louvar a iniciativa de antecipar essas ações pois elas chegam em boa hora. Eu espero que a gente possa ter o menor impacto possível nesse período", finalizou.

O diretor de Infraestrutura Aquaviária, Erick Moura, lembrou que o governo tem trabalhado de forma preventiva para minimizar os impactos para a população local. "O Governo Federal está presente, está atuante e ligado e aprendeu com os desafios ocorridos no ano passado. Erick ressaltou a vantagem do contrato elabora e assinado pelos órgãos. "O contrato serve tanto para estiagem quanto para a seca", destacou.

Fundado em 24 de maio de 1983

Correspondências enviar para Rua das Pêgas, Q. 9, Casa 17, Jd. Renascença II - São Luís (MA) - CEP.: 65075330

Editora/Diretora Geral: **Fátima Ribeiro**
Editor do Site: **Flávia Bittencourt**
Diretor de Marketing: **Alípio Moraes**

E-mail: **jornalodebate@jornalodebate.com.br**
Site: **www.jornalodebate.com.br**
Whatsapp: **(98) 98860 - 0388**

Departamento Comercial: **(98) 98146 - 5009**
Observação
A redação se reserva ao direito de deixar de publicar matéria não solicitada

O Debate do Maranhão

Bate Rebate

COMISSÃO APROVA NOVA DEFINIÇÃO DE AGRICULTOR FAMILIAR E EMPREENDEDOR RURAL

A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ) da Câmara dos Deputados aprovou projeto de lei (PL 4451/19) que estabelece que agricultores familiares e empreendedores familiares rural são aqueles que praticam suas atividades em imóvel rural, e não no meio rural, como está hoje na Lei da Agricultura Familiar.

A proposta, do deputado Marreca Filho (PRD-MA), tramita em caráter conclusivo na Câmara e, portanto, poderá seguir para o Senado, a menos que haja recurso para a análise do Plenário.

COMISSÃO DEBATE CRIAÇÃO DE POLÍTICA NACIONAL PARA ESTIMULAR PERMANÊNCIA DE JOVENS NO CAMPO

A Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara dos Deputados debate nesta quinta-feira (20) projeto de lei que cria o Plano Nacional de Juventude e Sucessão Rural, com o objetivo de articular programas e ações que estimulem a permanência de jovens no campo, sucedendo os pais na produção rural – PL 9263/17, do deputado Patrus Ananias (PT-MG) e outros.

No requerimento em que pedem a discussão da proposta, os parlamentares explicam que o projeto reconhece a juventude rural como segmento social formado por jovens da agricultura familiar com idade entre 15 e 29 anos, destacando a importância da sucessão intergeracional no meio rural.

FRENTE PARLAMENTAR EM DEFESA DA CULTURA DISCUTE PATRIMÔNIO HISTÓRICO DE SÃO LUÍS

A Frente Parlamentar em Defesa da Cultura e Economia Criativa da Assembleia Legislativa do Maranhão promoveu, na Sala das Comissões da Alema, na tarde desta quarta-feira (19), sua segunda reunião. Na ocasião, foi debatido o tema "São Luís, patrimônio histórico da humanidade".

O encontro, conduzido pelo deputado Carlos Lula (PSB), presidente da Frente Parlamentar, contou com a presença dos parlamentares Wellington do Curso (Novo), Rodrigo Lago (PCdoB) e Júlio Mendonça (PCdoB).

"A ideia da Frente Parlamentar em Defesa da Cultura e Economia Criativa é também entendermos que cultura vai muito além das festas, por isso estamos ampliando os debates. O Centro Histórico, sobretudo o estado de conservação do casario, bem como os problemas advindos das políticas voltadas para o local, acarretam em um esvaziamento que nos preocupa. Nesta reunião, ouvimos propostas e apontamentos para tentarmos desenhar políticas públicas e caminhos que sirvam ao Centro Histórico da nossa capital", destacou Carlos Lula.

Comissão aprova prorrogação do pagamento de dívidas previdenciárias dos municípios

A Comissão de Previdência, Assistência Social, Infância, Adolescência e Família da Câmara dos Deputados aprovou o Projeto de Lei 4271/23, que prorroga por mais 60 meses, após a data de vencimento original, o pagamento das dívidas previdenciárias dos municípios brasileiros renegociadas por meio do Programa de Recuperação Fiscal (Refis), criado em 2000.

Pelo texto, a prorrogação será associada a desconto no valor dos juros e multas. No caso de pagamento à vista, o abatimento será de 100%. Se houver parcelamento, serão oferecidas duas opções: 90% de desconto das multas e juros em até três vezes; ou 70% de desconto em até seis vezes.

A relatora, deputada Franciane Bayer (Republicanos-RS), recomendou a aprovação da proposta, de autoria do deputado licenciado Vicentinho Júnior (TO) e do deputado Carlos Henrique Gaguim (União-TO). Franciane Bayer ressaltou que o Congresso já aprovou diversas medidas para ajudar os municípios a pagar suas dívidas com o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Apesar disso, o problema persiste.

Números

Em março deste ano, os débitos totalizavam R$ 248,6 bilhões, segundo a Confederação Nacional de Municípios (CNM). Municípios da Bahia, do Pará e de São Paulo acumulam as maiores dívidas. "Do ponto de vista previdenciário, a proposição, sem transgredir os limites fixados pela Constituição, em especial o equilíbrio financeiro e atuarial do INSS, poderá contribuir para a recuperação fiscal dos municípios", disse Franciane Bayer.

Próximos passos

O projeto ainda será analisado, em caráter conclusivo, pelas comissões de Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça e de Cidadania. Para virar lei, a proposta também precisa ser aprovada pelo Senado Federal.

Fonte: Agência Câmara de Notícias

MPMA aciona Justiça para suspender empréstimo do município

O Ministério Público do Maranhão ajuizou, nesta quarta-feira, 19, uma Ação Civil Pública, com pedido de liminar, com o objetivo de suspender a contratação, pelo Município de Barreirinhas, de um empréstimo no valor de R$ 30 milhões junto à Caixa Econômica Federal, até que seja demonstrado o impacto financeiro sobre o erário municipal.

Na Ação, que foi originada de representação do cidadão José Leônidas Caldas Batista, o promotor de justiça Francisco de Assis Silva Filho argumenta que a aprovação da Lei nº 855/2023, que referendou o pedido de empréstimo pela Câmara de Vereadores de Barreirinhas, ocorreu sem obedecer ao devido processo legal. De acordo com os autos, não foi apresentado projeto técnico, nem houve pareceres das comissões competentes e estudo de impacto financeiro da contratação.

O Município de Barreirinhas apresentou o projeto de lei nº 019/2023, com a finalidade de realizar pavimentação asfáltica e/ou bloquetes, construção e manutenção de estradas vicinais, construção e manutenção de pontes e de praças.

"Observou-se ainda que só num dia, 14 de novembro de 2023, o projeto foi votado e aprovado, com o parecer jurídico, pareceres das Comissões de Legislação, Justiça e Redação e da Comissão de Orçamento e Finanças e, por fim, aprovado o projeto de lei 019/2023 na lei nº 855/2023, com o quórum de dois terços", relatou o promotor de justiça.

Ainda segundo o membro do Ministério Público, na sessão da Câmara que aprovou a lei nº 855/2023, não foi realizada qualquer discussão sobre o impacto financeiro que seria suportado pelo Município de Barreirinhas nos próximos 10 anos e nem quanto à capacidade econômica para custear as despesas desse empréstimo.

Fonte: Redação: CCOM-MPMA

Coluna Top Social
Willian Santos
williansantos@jornalodebate.com.br
O Debate do Maranhão

INAUGURAÇÃO COM SUCESSO DA LOJA ÚNICA

A empresária Pamella Thayse inaugurou com excelência a loja Única com o coquetel badalado recebendo convidados especiais, amigos, familiares e imprensa. Veja quem fez acontecer:

Pamella Thayse e William Santos

A empresária entre convidados

Gisele Diniz e Pamella Thayse

Marcelo Cláudio e Pamella Thayse

Kamila Paixão e Pamella Thayse

Pamella Thayse e Dayviane Portela

Cláudio Carvalho e Pamella Thayse

Josiett Santos e Pamella Thayse

Procon-MA autua escola por afastamento indevido de aluno autista

O Instituto de Promoção e Defesa do Cidadão e Consumidor do Maranhão (Procon-MA) autuou nesta quarta-feira (19), a escola Legolar por falha na prestação de serviço. A autuação foi motivada pela decisão da instituição de afastar um aluno com espectro autista.

De acordo com o Procon-MA, a inclusão e a garantia de direitos de todos os alunos, especialmente daqueles que necessitam de atenção especial, são princípios fundamentais que devem ser respeitados por todas as instituições de ensino. Em vista disso, a escola Legolar foi ordenada a permitir o retorno imediato da criança ao ambiente escolar e sua participação plena nas atividades educacionais em sala de aula. Tal medida visa evitar qualquer prejuízo ao desenvolvimento educacional do aluno.

"Recebemos denúncia feita por uma mãe, em face de uma escola localizada nesta capital, sobre um afastamento irregular de uma criança com TEA do ambiente escolar de sala de aula. Direcionamos uma equipe de fiscalização até o local e identificamos a prática danosa à criança, resultando na autuação da referida escola. Determinado que a criança retorne imediatamente à sala de aula, sob pena de aplicação das demais sanções previstas em Lei. Continuaremos acompanhando o caso", informou a presidente do órgão, Karen Barros.

Além disso, o Procon-MA solicitou à escola Legolar que esclareça os fatos relacionados a essa decisão. A instituição tem um prazo de 20 dias para responder ao Auto de Infração nº 79/2024, conforme estipulado.

Em nota, o Procon-MA reforçou seu compromisso com a defesa dos direitos dos cidadãos e consumidores do Maranhão, e permanece à disposição para maiores esclarecimentos sobre o caso.

Inscrições prorrogadas para contratação de consultoria do aplicativo "Tô no Mapa" até 26 de junho

O Projeto Amazônico de Gestão Sustentável (Pages), através da Secretaria de Estado da Agricultura Familiar (SAF), está contratando consultoria para planejar e implementar oficinas de mobilização e capacitação de multiplicadores destinadas ao aplicativo de celular "Tô no Mapa". As inscrições para a contratação foram prorrogadas até às 17h do dia 26 de junho de 2024.

Desenvolvido como uma iniciativa inovadora, o "Tô no Mapa" é um aplicativo móvel projetado para permitir que povos indígenas, comunidades tradicionais e agricultores familiares brasileiros realizem o auto mapeamento de seus territórios. Este instrumento acessível e gratuito, concebido a partir de um amplo diálogo entre diversas comunidades e organizações sociais, tem como objetivo principal a criação de uma base de dados georreferenciados sobre os territórios tradicionais. Essa base de dados visa preencher lacunas presentes nas informações oficiais, fornecendo um panorama detalhado e atualizado sobre os territórios tradicionais brasileiros.

A proposta do "Tô no Mapa" é não apenas mapear esses territórios, mas também utilizá-los como subsídio para a elaboração de políticas públicas e outras iniciativas promovidas por movimentos sociais, redes e organizações. Ao disponibilizar informações precisas e atualizadas, o aplicativo visa apoiar a busca pela garantia dos direitos sociais e territoriais das comunidades tradicionais.

Neste contexto, a contratação de consultoria se dará por meio de uma parceria entre o Programa das Nações Unidas Para o Desenvolvimento (Pnud) e o projeto Pages.

As instituições ou empresas interessadas em participar devem apresentar suas propostas diretamente no sistema Quantum, conforme as instruções contidas no edital, até às 17h do dia 26 de junho de 2024.

É importante ressaltar que, para acessar o portal Quantum e submeter propostas, é necessário criar um perfil no sistema. Caso já tenha um perfil cadastrado, basta fazer o login no link: http://supplier.quantum.partneragencies.org

Após o registro e a validação do cadastro da instituição ou empresa interessada, o edital estará acessível através do portal Quantum. Para acompanhar o andamento do processo e receber notificações sobre eventuais alterações no edital, é recomendado que os interessados criem um rascunho de proposta no sistema Quantum e confirmem sua intenção em participar.

No Maranhão, 408 armas de fogo são apreendidas por órgãos federais em 16 meses

No Maranhão, 408 armas de fogo ilegais foram apreendidas por órgãos federais de segurança desde o início do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. O número é referente ao período entre janeiro do ano passado e abril de 2024, quando os itens foram retirados de circulação no estado maranhense pela Polícia Federal (PF), Polícia Rodoviária Federal (PRF) e Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP). Considerando somente 2023, foram 363 apreensões no Maranhão, um aumento de 16,3% em relação a 2022, quando 225 armas foram retiradas de circulação pelas forças federais.

Os dados estão disponíveis no ComunicaBR, plataforma de transparência ativa do Governo Federal

Em todo o país, 13.340 armas de fogo foram apreendidas por PF, PRF e SENASP entre janeiro de 2023 e abril de 2024. Somente no ano passado, foram 10.935 apreensões, um incremento de 28% em relação a 2022 (8.466). E, nos quatro primeiros meses deste ano, mais 2.405.

O diretor de Operações Integradas e de Inteligência da Senasp (DIOP/SENASP), Rodney Silva, explica que os números registrados em 2023 e 2024 decorrem do aumento da fiscalização e das ações operacionais da PF, da PRF e das polícias militares e civis dos estados.

"O foco tem sido a prevenção das ocorrências de crimes mais graves, como mortes violentas intencionais, crimes passionais e o crime organizado, que se aproveita desse comércio ilegal de armas e, consequentemente, fortalece o tráfico de drogas, o tráfico de armas propriamente dito, tomadas de cidade e outros crimes violentos", afirma Silva.

Ações como o Programa Nacional de Enfrentamento às Organizações Criminosas (ENFOC), que conta com aporte federal de R$ 900 milhões até 2026, e expansão dos Grupos de Investigações Sensíveis (GISE) e das Forças Integradas de Combate ao Crime Organizado (FICCO), ligados à Polícia Federal, impactaram diretamente os números de apreensões de armas de fogo no Brasil.

Os GISE foram expandidos em 2023 e passaram a operar em 21 estados. As FICCO estão em todo o país. O Ministério da Justiça e Segurança Pública destinou R$ 85 milhões para o funcionamento das unidades, especialmente para pagamento de diárias, aquisição de viaturas, materiais de apoio e equipamentos tecnológicos e de inteligência.

"O desafio da segurança pública no combate ao uso ilegal de arma de fogo perpassa pelo fortalecimento da atividade de inteligência de segurança pública, a integração das forças de segurança e também a participação da sociedade na construção coletiva de soluções alternativas em busca do entendimento sobre a resolução de conflitos", finaliza Silva.

Fonte: Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República

Moderna UBS construída com emenda de Hildo Rocha melhora atendimentos na saúde dos indígenas de Barra do Corda

A inauguração da Unidade Básica de Saúde Indígena Soreano Pompeu, na Aldeia Kwarahy, é mais um benefício extraordinário viabilizado pelo deputado federal Hildo Rocha em favor da população indígena de Barra do Corda.

Financiada com recursos públicos federais originários de emenda parlamentar do deputado Hildo Rocha, a UBSI Soreano Pompeu está instalada em um prédio amplo e confortável, é bem equipada e possui uma grande equipe composta por médicos, enfermeiros, odontólogos, farmacêuticos e psicólogos, entre outros profissionais.

"Essa Unidade Básica de Saúde Indígena é a mais moderna existente no Brasil e a primeira e única no Maranhão tão bem construída, tão bem equipada, tão bem estruturada e servida por uma grande equipe multidisciplinar de profissionais do setor da saúde que de agora em diante irão se dedicar ao atendimento dos nossos irmãos indígenas que moram em diversas aldeias", enfatizou o parlamentar.

Trabalho eficaz em defesa da população indígena

Hildo Rocha ressaltou que a concretização do benefício é resultado de um pedido feito pela ex-vereadora e líder indígena Kassí Pompeu.

"Este importante benefício que nós tivemos a felicidade de poder entregar para os nossos irmãos indígenas da Aldeia Kwarahy é um grande avanço obtido graças ao pedido da nossa querida líder indígena Kassí Pompeu. Ela me pediu que eu viabilizasse os recursos, eu destinei a emenda, o prefeito Rigo Teles fez a obra de excelente qualidade. Portanto, o resultado dessa parceria é bom principalmente para os nossos irmãos indígenas porque agora estão sendo tratados com dignidade, em uma unidade de saúde bem equipada e atendidos por profissionais competentes que irão trabalhar aqui permanentemente", sublinhou o deputado.

Remédios também serão ofertados gratuitamente

O parlamentar informou também que os remédios que serão prescritos para os pacientes atendidos na UBSI estão assegurados e serão ofertados gratuitamente.

"O Coordenador do Distrito Sanitário Especial Indígena Maranhão, Lúcio Diênio Silva Santos Guajajara, me garantiu que não irá faltar remédios na farmácia da UBS. O coordenador informou que já fez a licitação, no valor de 5 milhões de reais, para assegurar a compra dos medicamentos que serão disponibilizados gratuitamente para todos os pacientes que forem atendidos e necessitarem de medicamentos", explicou Hildo Rocha.

UBSI da Aldeia Kwarahy tem estrutura de hospital

O prefeito Rigo Teles afirmou que a UBSI viabilizada pelo deputado Hildo Rocha possui estrutura de um hospital.

"É um mini hospital. Em nenhum outro município do Brasil tem uma UBSI com a dimensão, com a qualidade da edificação, no tamanho e tão bem equipada quanto essa que nós entregamos hoje para a população indígena da Aldeia Kwarahy", afirmou Teles.

A importância de votar em deputado atuante

O prefeito aproveitou para fazer uma importante reflexão sobre a importância da escolha de deputados atuantes.

"É muito importante votar no deputado que planta a semente para a população colher os frutos. O deputado Hildo Rocha destinou emenda para a construção dessa Unidade Básica de Saúde Indígena que hoje nós estamos aqui entregando para a nossa população", declarou Rigo Teles.

A líder indígena Kassi Pompeu ficou muito emocionada com a grande conquista do povo indígena que teve a participação primordial do deputado Hildo Rocha.

"Isso aqui é um sonho da nossa comunidade que já vem de longas datas e hoje está sendo realizado graças ao nosso deputado federal Hildo Rocha que conseguiu o dinheiro para fazer essa UBSI e o prefeito Rigo Teles que construiu", comentou Kassí Pompeu, líder indígena.

TJMA realiza sessão de diplomação da desembargadora Graça Amorim nesta sexta, 21/6

O Tribunal de Justiça do Maranhão realizará, nesta sexta-feira (21/6), sessão solene de diplomação e entrega da Medalha Especial do Mérito Cândido Mendes, a mais alta comenda do Poder Judiciário maranhense, à desembargadora Maria da Graça Peres Soares Amorim, a partir das 11h, na Sala das Sessões Plenárias do TJMA (Praça Pedro II, s/n, Centro).

O evento será conduzido pelo presidente do TJMA, desembargador José de Ribamar Froz Sobrinho, e será transmitido ao vivo pelo Canal do TJ no Youtube (youtube/tjmaoficial).

A desembargadora Graça Peres Soares Amorim foi empossada no cargo no dia 7/5 deste ano, após integrar lista tríplice para preenchimento da vaga do Quinto Constitucional destinada ao Ministério Público estadual para o cargo de desembargador(a), sendo nomeada pelo governador do Estado.

CURRÍCULO

A magistrada possui graduação em Direito e Filosofia pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Também é pós-graduada em Direito Constitucional pela UFMA e mestra em Direito e Ciência Jurídica - Criminal pela ULisboa - Universidade de Lisboa/Portugal.

Foi aprovada em concurso público para o cargo de promotora de Justiça do Ministério Público do Maranhão em 1992, tendo atuado nas comarcas de Timbiras, Codó, Alcântara, Itapecuru-Mirim, Vitorino Freire, Barreirinhas, Alto Parnaíba e Timon.

Também atuou na a 12ª Promotoria Especializada em Defesa da Saúde; na Promotoria de Justiça Itinerante da Capital; 19ª Promotoria de Justiça Especializada na Defesa da Saúde; 15ª Promotoria de Justiça Criminal de São Luís/MA; como membra auxiliar da Corregedoria Nacional do Ministério Público e Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), entre outros.

É a primeira mulher a ser nomeada como desembargadora no Tribunal de Justiça do Maranhão, oriunda do Quinto Constitucional desde a sua criação.

MEDALHA CÂNDIDO MENDES

A Medalha Cândido Mendes é uma reverência ao jurista maranhense que ganhou notoriedade nacional pelos estudos jurídicos e pelas ações em defesa das fronteiras do país.

A comenda máxima do Poder Judiciário do Maranhão foi criada pela Resolução nº 56, de 23 de outubro de 2013, e é entregue a autoridades que se destacam no cenário estadual e nacional, incluindo desembargadores (as), conselheiros (as) do Conselho Nacional de Justiça, governadores (as), ministros (as) de tribunais superiores, ministros (as) de Estado, senadores (as) e presidentes da República.

‘1798 - Revolta Dos Búzios’ estreia em São Luís (MA), no Cine Lume

O documentário 1798 - REVOLTA DOS BÚZIOS, do cineasta baiano Antonio Olavo, estreia em São Luís (MA), no Cine Lume (Avenida Colares Moreira, S/N, Ed. Office Tower), nesta sexta-feira, 21 de junho de 2024.

Um episódio pouco lembrado da história do Brasil, 1798 - REVOLTA DOS BÚZIOS leva às telas a influência iluminista da Revolução Francesa (1789) no planejamento do levante que pretendia derrubar o governo colonial, proclamar a independência e implantar uma República democrática, livre da escravidão, onde haveria, conforme acenavam, “igualdade entre os homens pretos, pardos e brancos”.

Produzido pela Portfolium Laboratório de Imagens, o filme chega aos cinemas brasileiros em 30 de maio, com distribuição da Abará Filmes.

Cineasta e pesquisador, que atua com temas ligados à valorização da memória negra, Antonio Olavo sempre trabalhou com a pesquisa histórica no cinema documental, e destaca que “história do Brasil não é apenas a história das elites brancas.”

Para 1798 - REVOLTA DOS BÚZIOS, o cineasta partiu dos “Autos da Devassa”, um documento com mais de 2.000 páginas manuscritas no calor da hora com o desdobramento minucioso da grande investigação sobre os acontecimentos. Eles cobrem um período de agosto/1798 a novembro/1799, e são transcrições de dezenas de sessões da Devassa, incluindo a íntegra dos longos depoimentos de mais de 70 pessoas envolvidas na conspiração.

A Revolta dos Búzios, também designada por Revolução dos Alfaiates, Conjuração Baiana, Sedição de 1798, Movimento Democrático Baiano e Inconfidência Baiana, é, para o diretor, uma história apaixonante.

“O maior desafio foi construir um filme que fosse digno da grandiosidade do tema. A história ocorreu há 226 anos e terminou de forma trágica com 4 jovens negros enforcados e esquartejados em praça pública diante de milhares de pessoas, punidos por sonharem com bandeiras universais como a independência, a República e a liberdade diante a escravidão.

- Creio que conseguimos fazer um filme positivador, contribuindo para o fortalecimento da história e memória do povo negro no Brasil.”

O cineasta trabalhou no longa por 13 anos, “o tempo necessário para ter um pertencimento do assunto e poder registrar em um filme documentário com a segurança e serenidade que o assunto pedia.

Para resgatar esse episódio da história de forma mais dinâmica, o documentário se vale de várias linguagens. “A fotografia não existia ainda (surge em 1839) e não houve nenhum desenho, nenhuma pintura. Então utilizamos criações de arte com cenas cotidianas produzidas por artistas estrangeiros que visitaram a cidade na época, criamos também ilustrações alusivas aos personagens e suas ações na conspiração, com base nas descrições pormenorizada registradas nos Autos da Devassa.”

1798 - REVOLTA DOS BÚZIOS faz parte do projeto do diretor, uma trilogia das grandes lutas negras dos séculos XVIII e XIX na Bahia.

Fotógrafo Tairo Lisboa expõe “Retratos de Pai Francisco”, na Biblioteca Pública Benedito Leite

A exposição “Retratos de Pai Francisco”, do fotógrafo Tairo Lisboa, será aberta nesta quinta-feira (20), às 16h, na Biblioteca Pública Benedito Leite. O trabalho multimídia é um ensaio resultante de suas experiências nos tradicionais rituais de matanças do bumba-meu-boi Maranhense, que por meio de fotografia, vídeos e a paisagem sonora que adentra o universo místico do Pai Francisco, personagem do bumba-meu-boi. A mostra fica em cartaz até o dia 20 de julho.

No ensaio fotográfico foram selecionadas 12 fotografias etnográficas em rituais de matança de três tradicionais bumba-meu-boi do Maranhão, começando pelo Boi de Guimarães, em seguida o Boi de Maracanã e o Boi da Pindoba.

“Este ensaio ‘Retratos de Pai Francisco’ resulta de vários momentos memoráveis. Ainda consigo lembrar das vibrantes zabumbas, das comidas, do cortejo pelo centro da cidade de Guimarães e também do carinho e acolhimento dos seus brincantes. Já em São Luís, cidade que habito, fotografei na zona rural em 2021, o Boi de Maracanã e o Boi da Pindoba; momentos também memoráveis por se tratar de rituais com uma força espiritual imensurável, mantendo a tradição com muita fé e devoção”, disse o fotógrafo.

Essa ação também é inclusiva para pessoas com deficiência visual ou baixa visão. Tendo peças de manequins vestidos como Pai Francisco, com o intuito de possibilitar a experiência tátil de crianças e de pessoas com deficiência visuais.

Tairo Lisboa é multiartista residente em São Luís (MA). No audiovisual desenvolve trabalhos com filmes etnográficos e experimentais, tendo dirigido o documentário sobre a sambista maranhense Patativa em 2013 e também outro curta metragem intitulado Nambuaçu Promessas são Promessas 2019 e durante a pandemia de Covid 19 realizou o filme experimental Frame Rate.

Banco do Nordeste apresenta em Brasília trajetória de crescimento da Região e seus impactos econômicos e sociais

Os dados foram expostos pelo presidente do BNB, Paulo Câmara, durante o evento CB Debate, promovido pelo jornal Correio Braziliense.

O Nordeste foi a região que mais cresceu no nível de atividade econômica no Brasil no primeiro trimestre de 2024, repetindo situação vista anteriormente somente em março de 2015. Os dados são do Banco Central do Brasil (Bacen), referentes ao índice de atividade IBCR-NE. A Região Nordestina deve manter a trajetória de crescimento nos próximos anos, afirmou o presidente do Banco do Nordeste, Paulo Câmara, na abertura do evento CB Debate, realizado na sede do jornal Correio Braziliense, na manhã desta quarta-feira, 19, em Brasília.

Segundo Paulo Câmara, os avanços econômicos acima da média do Brasil resultam da disseminação de políticas públicas voltadas à inovação e aumento de produtividade em todos os setores. A projeção considera que os investimentos também em áreas como agronegócio e infraestrutura repercutem, de maneira positiva, na eficiência da economia regional e nacional. Promovem a redução de custos e impulsionam a geração de empregos e renda na área de atuação do Banco, que inclui o Nordeste e parte dos estados de Minas Gerais e Espírito Santo. Projetos como o novo PAC, o Acredita e o Nova Indústria Brasil, lançados pelo presidente Lula, se inserem com papel relevante nesse processo, aliados com ações de sustentabilidade de proteção do meio ambiente.

O projeto CB Debate reúne, presencial e virtualmente, autoridades e especialistas para realizar análises sobre temas relevantes para a sociedade brasileira. Esta edição trouxe foco para "A força do Nordeste na transformação social do país". O debate foi transmitido ao vivo e pode ser revisto pelo canal do Correio Braziliense no YouTube.

Paulo Câmara participou do painel voltado ao debate de políticas públicas para desenvolvimento econômico e social, que contou com as exposições do presidente do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), Décio Lima; o secretário de Desenvolvimento Industrial, Inovação, Comércio e Serviços do Ministério de Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC), Uallace Moreira Lima; e o deputado federal Júlio César de Carvalho Lima, líder da Bancada Nordestina na Câmara dos Deputados (PSD-PI).

O diretor de Negócios do BNB, Anderson Possa, contribuiu com o debate sobre emprego formal, geração de renda e inclusão social. Participaram da discussão a secretária Nacional de Políticas de Desenvolvimento Regional e Territorial do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional (MIDR), Adriana Melo; o secretário executivo do Ministério do Empreendedorismo, Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, Tadeu Alencar; o secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda, Guilherme Mello, e o presidente do Sistema Fecomércio/DF, José Aparecido Freire.

Instituições financeiras terão que devolver valores cobrados na pandemia

O juiz Douglas de Melo Martins, titular da Vara de Interesses Difusos e Coletivos da Comarca da Ilha de São Luís, declarou a nulidade dos contratos de refinanciamento ou repactuação de saldo devedor realizados pelos bancos com pessoas físicas, micro e pequenas empresas, no período da pandemia da Covid-19. As instituições financeiras terão que restituir os valores pagos pelos consumidores, além de repararem o dano moral individual dos prejudicados e o dano moral coletivo no valor de R$ 50 milhões.

O magistrado acolheu os pedidos formulados pelo Instituto Brasileiro de Estudo e Defesa das Relações de Consumo, Instituto Defesa Coletiva, Ministério Público e Defensoria Pública, nas ações civis públicas ajuizadas em desfavor do Banco do Brasil, Itaú Unibanco Holding S.A, Banco Bradesco, Banco Santander (Brasil), Federação Brasileira de Bancos (Febraban), Banco Itaú Consignados S/A e Banco Bradesco Financiamentos.

Nas três ações coletivas propostas, os autores alegaram que as instituições financeiras veicularam publicidade enganosa no período da pandemia da Covid, segundo a qual promoveriam a prorrogação dos vencimentos de dívidas de clientes por 60 dias, mas, na verdade, teria ocorrido uma "renegociação" dos contratos, com a incidência de juros e outros encargos. De acordo com os requerentes, não foi informado que, com essa suspensão, haveria a incidência de novos juros e acréscimos, resultando no aumento da dívida inicialmente contraída pelos clientes.

Na sentença, o juiz Douglas Martins declarou a nulidade dos contratos de refinanciamento ou repactuação do saldo devedor que implicaram aumento do valor final do contrato refinanciado, a partir de 16 de março de 2020 e durante os 60 dias que se sucederam, fixando-se como única e exclusiva condição a situação de adimplência do contrato ao tempo da divulgação da matéria (16/03/2020) e limitado aos valores já utilizados.

As instituições financeiras terão que restituir, de forma dobrada, os valores pagos pelos consumidores, especialmente a título de encargos (moratórios, remuneratórios e tributos) pela carência no pagamento das prestações, com juros de mora desde a citação e correção monetária a contar do desembolso, mediante desconto nas parcelas do contrato ou, caso já liquidado, por meio de ordem bancária em favor de cada cliente afetado.

CAIXA DISPONIBILIZA SAQUE CALAMIDADE PARA MORADORES DE SÃO JOÃO BATISTA (MA)

Os trabalhadores residentes em São João Batista, no estado do Maranhão, já podem solicitar o saque do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) por calamidade. A liberação, decorrente das fortes chuvas na cidade, pode ser solicitada à CAIXA por meio do Aplicativo FGTS.

Os moradores das áreas afetadas em São João Batista, conforme endereços identificados pela Defesa Civil Municipal, podem solicitar o saque até 17/09/2024.

É necessário possuir saldo na conta do FGTS e não ter realizado saque pelo mesmo motivo em período inferior a 12 meses. O valor máximo para retirada é de R$ 6.220,00 por conta vinculada, limitado ao saldo disponível na conta.

A solicitação é realizada de forma fácil e rápida pelo Aplicativo FGTS, opção Saques, no celular, sem a necessidade de comparecer a uma agência. Ao registrar a solicitação é possível indicar uma conta da CAIXA, inclusive a Poupança Digital CAIXA Tem, ou de outra instituição financeira para receber os valores, sem nenhum custo.

Confira aqui a relação completa dos municípios habilitados para o Saque FGTS por motivo de calamidade e os prazos para a solicitação.

Saque 100% digital — App FGTS:

O aplicativo está disponível para download gratuito nas plataformas digitais e é compatível com os sistemas operacionais Android e IOS.

Como solicitar o saque FGTS:

Seguem orientações para o trabalhador que tiver direito ao saque por calamidade:

- Realizar o download do app FGTS e inserir as informações de cadastro; ir na opção "Solicitar seu saque 100% digital" ou ir no menu inferior "Saques" e selecionar "Solicitar saque": Clicar em "Calamidade pública" — Informar o nome do município e selecione na lista – Selecionar o tipo do comprovante de endereço e digitar o CEP e número da residência;
- Encaminhar os seguintes documentos: foto de documento de identidade, comprovante de residência em nome do trabalhador, emitido até 120 dias antes da decretação de calamidade;
- Selecionar a opção para creditar o valor em conta CAIXA, inclusive a Poupança Digital CAIXA Tem, ou outro banco e enviar a solicitação;

Informações sobre a documentação:

- Carteira de Identidade – também são aceitos carteira de habilitação e passaporte – sendo necessário o envio frente e verso do documento;
- Selfie (foto de rosto) com o mesmo documento de identificação aparecendo na foto;
- Comprovante de residência em nome do trabalhador: conta de luz, água, telefone, gás, fatura de internet e/ou TV, fatura de cartão de crédito, entre outros emitido até 120 dias antes da decretação de calamidade.
- Caso não tenha comprovante de residência, o cidadão deverá apresentar uma declaração do município atestando que o trabalhador é residente na área afetada.
- O trabalhador que não possuir comprovante de residência também poderá apresentar declaração própria, contendo nome completo, CPF, data de nascimento, endereço residencial completo, incluindo do CEP. Essas informações serão verificadas pela CAIXA, nos cadastros oficiais do Governo Federal.
- Certidão de Casamento ou Escritura Pública de União Estável, caso o comprovante de residência esteja em nome de cônjuge ou companheiro(a).

Fonte: Assessoria de Imprensa da CAIXA

Últimas

jornalodebate.com.br
Acesse. Compartilhe.

Governo Federal anuncia grandes investimentos na região Nordeste

Nesta sexta-feira (21), o ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, acompanha o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante anúncio de investimentos para o Piauí (PI) e também no Maranhão (MA).

Pela manhã, a comitiva presidencial faz anúncios importantes na capital piauiense, Teresina (PI). O Ministro de Portos e Aeroportos fará a entrega de certidão de disponibilidade de terrenos e espaços físicos em águas públicas da União em Luís Correia, para consolidação do complexo portuário e industrial nesse município.

SERVIÇO

Caravana Federativa Piauí

Data: sexta-feira (21)

Horário: 11:30h

Local: Centro de Convenções de Teresina (Av. Marechal Castelo Branco, 1.275, bairro Cabral)

Atendimento à imprensa: Mariana Bertolo (11) 96270-3395

Já no Maranhão, no período da tarde, serão feitos anúncios nos setores portuário, elétrico, esportivo e de mobilidade. Na oportunidade, Costa Filho assina a ordem de serviço para a expansão do Berço 98 (área especializada em granéis sólidos vegetais) e a renovação do contrato de delegação do Porto do Itaqui por mais de 25 anos. Esse é o principal porto do Corredor Centro-Norte do país.

Fonte: Ministério do Portos

O Sr. Gauber Gomes Silva, CPF 001.241.491-38 e R.G. n.º 3452115 SPTC – GO, torna público, que requereu à Secretaria de Municipal do Estado de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais – SEMA-MA, em 22/03/2024, a emissão da Licença de Única Ambiental de Regularização - LUAR, por meio do protocolo do requerimento SIGLA nº 240300123663 e a abertura do e-processo nº 123663/2024, referente à autorização para: "Atividade de Agricultura de ciclo curto " a ser executada na propriedade rural denominada FAZENDA SÃO JOÃO, localizada pelas coordenadas Lat. 04°37'31,73" S long. 47°11'34,33" W. Situada na zona Rural do Município de Açailândia – MA.

##ATO CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA – 005/2024.

##TEX A Prefeitura Municipal de São Bernardo, Estado do Maranhão, torna público, para conhecimento dos interessados que fará realizar, sob a égide da Lei n.º 14.133/21 e suas alterações posteriores, licitação na modalidade CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA (Processo Administrativo nº. 202406041/24 do tipo: Menor Preço por global, cujo objeto a contratação de empresa especializada para execução dos serviços de Pavimentação Asfáltica no município de São Bernardo/MA, RECURSO: CONTRATO DE REPASSE 884825/2019/MCIDADES/CAIXA. MINISTÉRIO DAS CIDADES TRANSFEREGV - ANO PROPOSTA 005921/2019; O certame se realizará ás 08:00 hs do dia 04 de julho de 2024, (horário de Brasília), através do uso de recursos da tecnologia da informação, site https://www.portaldecompras.br.com.br, sendo presidida pelo agente de Contratação desta Prefeitura Municipal, na sala da Comissão Permanente de Licitação, situada na Pça Bernardo Coelho de Almeida, Centro, São Bernardo - MA. O edital e seus anexos encontram-se disponíveis na pagina web do Portal de Comprasbr – endereço https://www.portaldecomprasbr.com.br. E https://saobernardo.ma.gov.br/transparencia/ Esclarecimentos adicionais no mesmo endereço e/ou pelo telefone (* 98) 3477 - 1892, das 08:00 as 12:00hs.

##DAT São Bernardo-MA, 20 de junho de 2024

##ASS ÁDILA CRISTINA DOS REIS PEREIRA.

##CAR Pregoeira Municipal

"Mais de R$ 14 bilhões do Novo PAC são destinados para mobilidade urbana sustentável", afirmou ministro Jader Filho

Qualidade de vida dos brasileiros com transporte público mais eficiente, mais ágil e menos poluente foi destaque do discurso de comemoração da CNT.

Durante a celebração dos 70 anos da Confederação Nacional do Transporte (CNT), realizada nesta quarta-feira (19), o ministro das Cidades, Jader Filho, ressaltou que os investimentos do Novo PAC dão a dimensão da importância da Mobilidade Urbana para o Ministério das Cidades e para o governo do presidente Lula.

"Anunciamos recentemente mais de R$ 14 bilhões do Novo PAC para a mobilidade urbana sustentável. São recursos destinados à conclusão de obras em andamento e à seleção de novos projetos em cidades de médio e grande porte do País", afirmou Jader Filho.

Outro destaque foi o programa Refrota em que serão destinados R$ 10,5 bilhões com a expectativa de substituir cerca de 5.350 equipamentos antigos por veículos muito mais eficientes e menos poluentes, em 98 municípios brasileiros, incluindo 2.292 ônibus elétricos, 3.019 ônibus Euro 6 e 39 veículos sob trilhos.

"A operação tem como mote a integração da eficiência energética com o baixo consumo de combustível, contribuindo assim com a redução das emissões de CO2", garantiu.

Durante o evento, que contou com uma mesa integrada por representantes de todos os Poderes da República, o ministro Jader Filho disse que "o Brasil é favorecido por ter uma entidade tão necessária para o seu desenvolvimento como a CNT. Sempre foi uma parceira do ministério na construção das políticas e no diálogo construtivo com o Governo Federal. Juntos, construiremos um futuro mais sustentável e eficiente".

O presidente do Sistema Transporte, Vander Costa, afirmou que a CNT representa a voz de uma atividade indispensável para o progresso brasileiro. "Não restam dúvidas de que investir no transporte é uma aposta assertiva e certeira no crescimento econômico, na geração de empregos e na melhoria da qualidade de vida da população", falou.

Sistema lucrativo sustenta desinformação científica nas redes sociais

Estudo da Academia Brasileira de Ciências (ABC) aponta que a desinformação científica é "sustentada por um ecossistema lucrativo que inclui a monetização de conteúdo enganoso e a exploração das crenças e emoções do público para ganho financeiro".

"Existem duas formas de entender esse sistema lucrativo. A primeira está no próprio usuário produtor da desinformação, que usa a estrutura das plataformas digitais para lucrar em torno disso e vender seus serviços e produtos, crença ou mesmo seu capital social. Outra diz respeito à forma como essas plataformas geram lucro em torno da visibilidade da desinformação. Há uma economia da atenção no qual a desinformação é um material altamente lucrativo para as próprias plataformas", afirma Thaiane Oliveira, professora de pós-graduação em comunicação da Universidade Federal Fluminense, membro afiliada da ABC e coordenadora do grupo que elaborou o relatório.

O trabalho que objetiva combater a desinformação científica, fenômeno que cresce especialmente nas mídias sociais, reuniu especialistas para elaborar um relatório inédito com recomendações. O documento Desafios e estratégias na luta contra a desinformação científica foi lançado nesta quinta-feira (20), na sede da ABC no Rio. Ele diz ainda, entre outros pontos, que desinformação científica é a disseminação de informações falsas, enganosas ou imprecisas sobre questões científicas – frequentemente relacionadas a temas de saúde, ambientais ou tecnológicos. Sua divulgação impacta a capacidade das pessoas de tomarem decisões informadas, além de reduzir a confiança nas instituições científicas e governamentais.

Mídias sociais

As mídias sociais se configuraram como um espaço propício para a disseminação de informações falsas relacionadas à ciência. O funcionamento por meio de algoritmos – que favorecem a reprodução de conteúdos enganosos ou de acordo com as crenças do usuário – é um fator que agrava a situação. Um número pequeno, mas crescente, de pseudocientistas com grande alcance nessas redes também é fator de preocupação.

"É um problema global. Vimos na pandemia várias desinformações sobre vacinas e hoje vemos o mesmo sobre meio ambiente e mudanças climáticas. A desinformação é um fenômeno multifacetado. E quando se trata de desinformação sobre ciência, isso ganha outras camadas de complexidade, porque a ciência não é uma verdade absoluta, e a dúvida faz parte do fazer científico", explica Thaiane.

O relatório reforça "a necessidade de mobilizar a comunidade acadêmica e científica, que pode atuar como defensora da regulamentação das práticas de disseminação de informações em plataformas digitais" – o que envolve a busca de modelos que imponham responsabilidade às empresas pela circulação de desinformação científica.

Inteligência artificial

Novos desafios surgem a cada dia. É o caso da inteligência artificial, ferramenta que pode colaborar tanto para a checagem de informações quanto para a propagação de informações falsas. Para os pesquisadores, é essencial "desenvolver estratégias que evitem a disseminação indiscriminada de dados gerados por IA e promover ferramentas para identificação e marcação de conteúdo gerado por máquinas". Além de fazer um panorama dos fatores que influenciam no avanço e compartilhamento desse tipo de informação falsa, o documento propõe recomendações para enfrentar o problema. Entram na lista a promoção da divulgação científica (como ampliar o acesso de estudantes a museus e treinar cientistas para comunicar seus estudos à imprensa); fortalecer a comunicação de universidades e demais instituições de pesquisa (com a criação de agências de notícias científicas especializadas); e investir em educação midiática e científica (com reforço do tema nos currículos educacionais).

O trabalho que objetiva combater a desinformação científica, fenômeno que cresce especialmente nas mídias sociais, reuniu especialistas para elaborar um relatório inédito com recomendações. O documento Desafios e estratégias na luta contra a desinformação científica foi lançado nesta quinta-feira (20), na sede da ABC no Rio.